

Jari perde a fama de 'caveira de burro'

GEORGE VIDOR

Dez anos após ter passado das mãos do bilionário americano Daniel K. Ludwig para o controle de empresários nacionais liderados por Azevedo Antunes (Grupo Caemi), o gigantesco Projeto Jari começa a se firmar como um empreendimento rentável e promissor, abandonando a imagem de lá estar enterrada uma "caveira de burro" (expressão da superstição popular sobre coisas que nunca dão certo).

Este ano, só a Companhia Florestal Monte Dourado deve faturar US\$ 150 milhões, exportando 80% da produção de celulose. A fábrica tem capacidade nominal de 220 mil toneladas anuais, mas produz 300 mil e a meta é chegar em breve a 360 mil toneladas/ano. Ainda em 1992 deve sair do papel a hidrelétrica na Cachoeira de Santo Antônio.

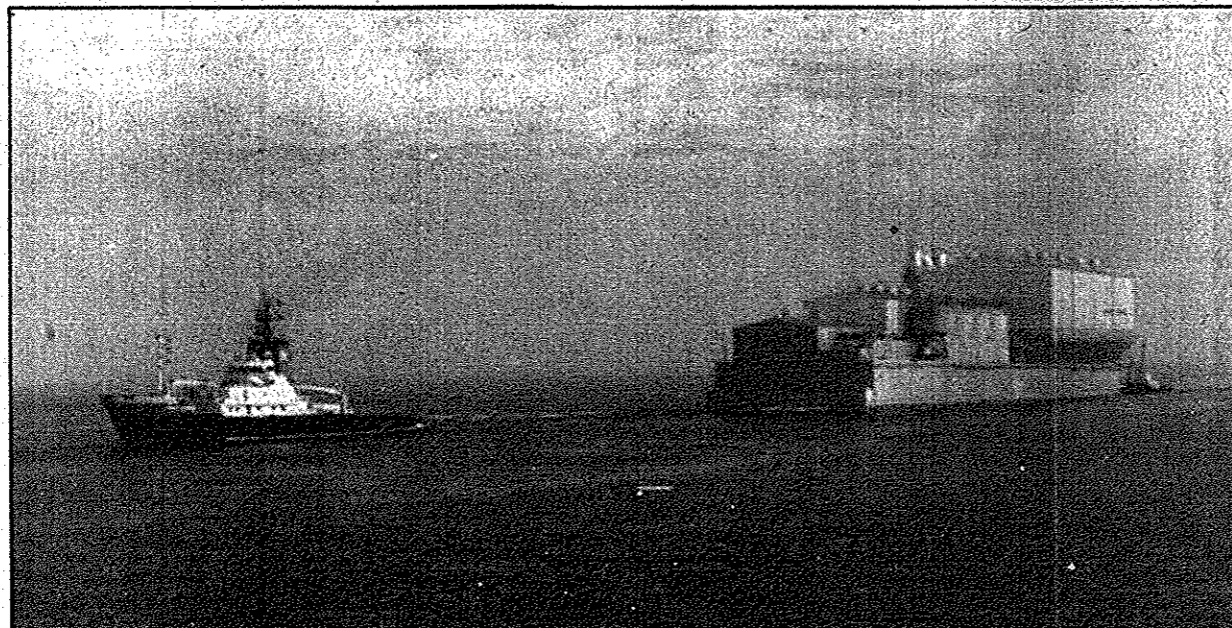
Eduardo Barreto, diretor presidente da Monte Dourado há um ano, atribui ao "desafio amazônico" os percalços do projeto:

— Conviver com a região e criar infra-estrutura quase a partir do zero foi um enorme desafio — diz o executivo.

Este desafio amazônico fez com que, entre 1967 e 1981, 16 diretores contratados por Ludwig passassem pelo projeto. Nenhum resistiu por mais de dois anos. Hoje, gravitam em torno do Jari 60 mil pessoas, sendo 5.500 na companhia florestal e na fábrica de celulose.

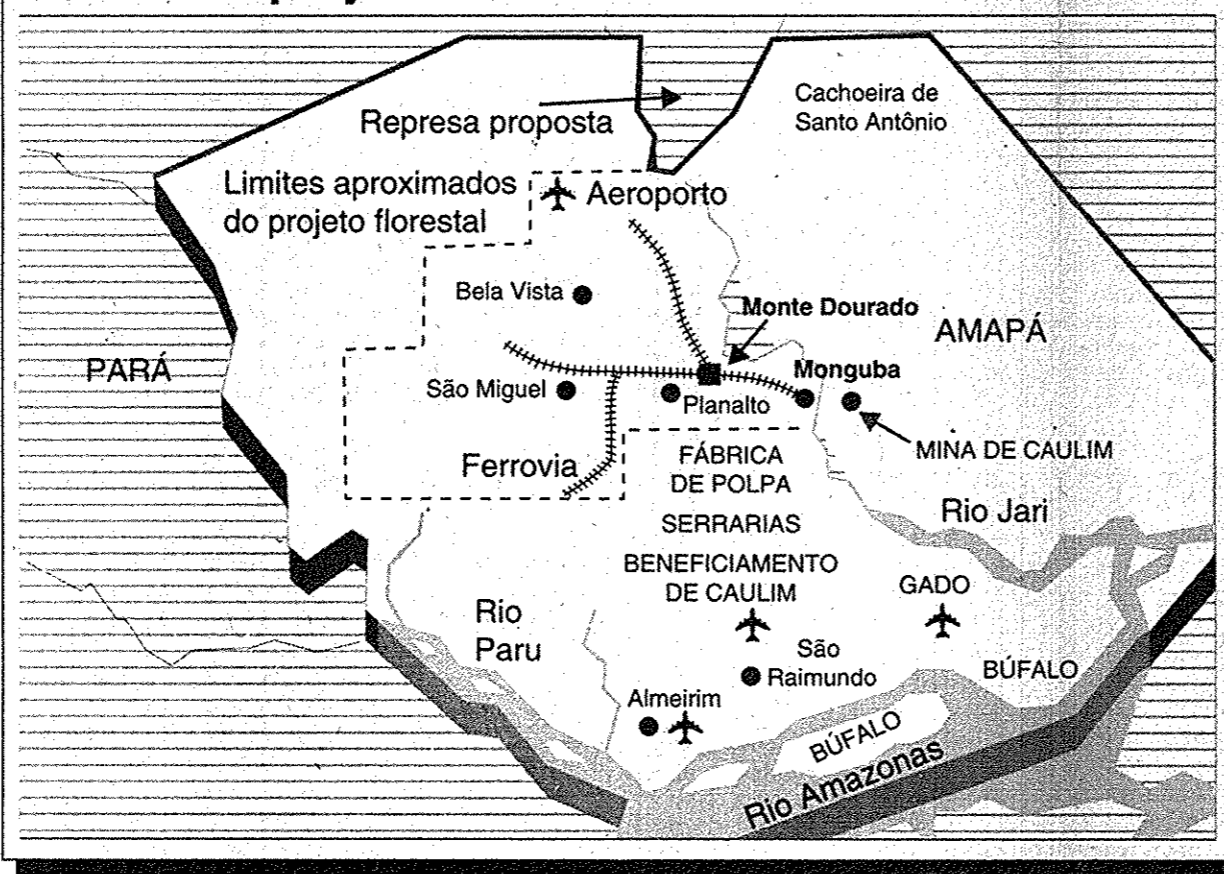
As vilas onde vivem os funcionários têm padrão das boas cidades do interior: quatro clubes, escolas de primeiro e segundo graus para cinco mil alunos, circuito de televisão com cinco canais e um hospital (100 leitos). Cerca de 300 técnicos e profissionais de nível superior trabalham em Monte Dourado.

Até o Beiradão — nome mais usado para o Laranjal do Jari — que, já no Amapá, abriga um aglomerado de palafitas, está deixando de ser área de miséria. Com apoio do governo do estado, a ocupação está mais organizada. Os barcos continuam sendo o principal meio de transporte, mas uma estrada de 200 quilômetros deverá em breve ligar o Laranjal do Jari a Macapá. De Belém para Monte Dourado há dois vôos diários.



Em 1978, uma fábrica inteira de celulose é trazida do Japão até a costa do Amapá, sobre uma plataforma marítima

A área do projeto



Ludwig sonhava com novo eldorado

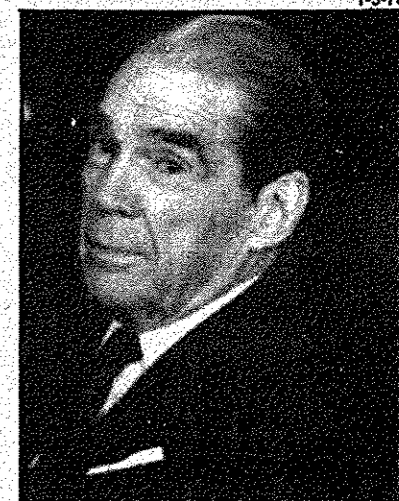
A área do Projeto Jari tem 1,6 milhão de hectares, dos quais 100 mil são ocupados por florestas cultivadas (associadas a 400 mil hectares de florestas nativas). O Jari sempre foi um dos maiores latifúndios do mundo. Pertenceu primeiro ao cearense José Júlio de Andrade que, em 1948, o vendeu a um grupo de portugueses. Toda região vivia do extrativismo até que, em 1967, o americano Daniel K. Ludwig comprou as terras sonhando com um eldorado produtivo.

A história do Jari já estava marcada por conflitos e a presença de Ludwig acabou detonando mais preconceitos contra o projeto. Dizia-se que ele, já septuagenário e sem herdeiros, deixaria tudo para o Tesouro americano e que o Jari seria transformado em território independente. De fato foi difícil conseguir o registro definitivo das terras.

A maior aventura de Ludwig foi trazer do Japão, pelo mar, duas plataformas, uma com a fábrica de celulose e a outra com a unidade geradora de energia. Ambas foram montadas no estaleiro Ishikawajima-Harima e custaram quase US\$ 300 milhões. A plataforma de celulose tem 200 metros de largura e 250 metros de comprimento (maior do que o porta-aviões 'Minas Gerais'). O transporte levou três meses, não tem paralelo na história da navegação.

Mas, quando a fábrica ficou em condições de funcionar, faltou matéria-prima: Ludwig escolhera um tipo de árvore (a Gmelina) que não se adaptou à região. Depois que passou ao controle nacional, a Gmelina foi substituída pelo Pinus (que permite a fabricação de celulose de fibra longa, da qual a Monte Dourado é a única produtora brasileira).

Em 1981, Daniel Ludwig não escondia seu desencanto. Um naufrágio, no Rio Amazonas, de um barco que ia para Belém, matou cerca de 400 pessoas, entre elas muitos funcionários do Jari. Pouco tempo depois, pegou fogo o escritório central.



Daniel Ludwig: projeto naufragado

Ludwig já estava muito doente quando foram iniciadas as negociações para a nacionalização do projeto. Uma forte amizade o ligava a Augusto Trajano de Azevedo Antunes, cujo grupo, a Caemi, explorava manganês na Serra do Navio (Amapá) através da Icomi. Antunes empenhou-se junto aos presidentes de 23 grandes grupos brasileiros para montar a operação de nacionalização. Cada grupo entrou com o equivalente a US\$ 2 milhões no capital da Companhia do Jari. Banco do Brasil e BNDES ficaram como acionistas da Companhia Florestal Monte Dourado. A transferência foi efetivada no dia 22 de janeiro de 1982.

Alguns planos foram abandonados ou redirecionados a partir daí. As plantações de arroz foram vendidas. O caulim (minério usado para dar brilho e consistência ao papel) passou para a Caemi.

O Jari não se livrou da "caveira de burro" até 1990, ano em que um incêndio parou a fábrica por nove meses, justamente quando a celulose estava em alta no mercado internacional. Em 1991, apesar da queda na cotação da celulose, resultados melhoraram e a expectativa de Eduardo Barreto, presidente da Monte Dourado, é de fechar o balanço de 92 no azul. (G.V.)

Região abriga hoje cerca de 65 mil pessoas

O Projeto Jari se estende pelos estados do Pará e do Amapá e é cortado pelo rio que o batizou. Suas terras são banhadas também pelo Rio Amazonas. Monte Dourado, onde está a fábrica, pertence ao município paraense de Almeirim. Até o início dos anos 60, viviam na região pouco mais de duas mil pessoas. A população local hoje é estimada entre 60 mil e 65 mil habitantes.

Além das florestas cultivadas, a companhia florestal cria 13 mil búfalos, mas certamente o seu maior projeto agora será a construção da hidrelétrica, orçada em US\$ 100 milhões. Como não haverá necessidade de reservatório (será aproveitada a queda natural da água, em um dos extremos da cachoeira), a maior parte dos gastos será com a com-

pra de equipamentos, a edificação da casa de máquinas e a montagem das linhas de transmissão. Atualmente, uma termelétrica fornece energia para o Jari. A usina é movida pela queima de madeira (60%) e do licor negro (40%) resultante do processo de fabricação de celulose. Recentemente, a Monte Dourado aumentou seu capital em cerca de US\$ 54 milhões. (G.V.)